

Requerimento

Através de nota oficial o Governo informou que os programas de Valorização Profissional e Qualificação Empresarial abrangeram, durante o ano de 2010, 127 trabalhadores em situação de suspensão de contrato de trabalho, vulgo lay-off.

Ora, o número real de trabalhadores que nos Açores se viram em situação de lay-off foi muito superior a este. Bastam os exemplos das empresas Luís Gomes, do sector da construção civil, com 200 trabalhadores, mais o Furnas SPA Hotel, com 30, mais a Fábrica de Bordados, com cerca de 30 trabalhadores, apenas na ilha de São Miguel, para atingirmos o dobro do número anunciado pelo Governo.

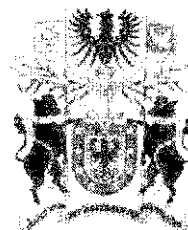
Fica assim claro, que contrariando o disposto na Lei Laboral, existem centenas de trabalhadores açorianos que, estando em situação de lay-off não acedem à formação profissional a que têm direito, com grave prejuízo para a sua reintegração no mercado de trabalho.

Apesar da constante propaganda governamental sobre a importância e prioridade atribuída ao aumento de qualificações dos açorianos, a verdade é que estes programas têm uma abrangência diminuta em relação às necessidades reais da Região, o que é demonstrativo da necessidade de alterações no seu funcionamento e organização.

O aumento do número de empresas alegadamente em dificuldades nos Açores que utilizam esta possibilidade aberta pelo Código do Trabalho e a generalização das situações de lay-off que é publicamente conhecida não permitem atribuir credibilidade aos números apresentados pelo Governo.

Igualmente, como já foi denunciado pelo PCP, estes processos não têm tido o acompanhamento e a fiscalização necessários por parte da Inspeção Regional do Trabalho, favorecendo a utilização abusiva e ilegítima do mecanismo do lay-off por parte de empresários sem escrúpulos.

Assim, a Representação Parlamentar do PCP Açores solicita ao Governo a seguinte informação:



- Quantos foram os trabalhadores efectivamente afectados por processos de suspensão de contrato de trabalho ou redução de actividade durante o ano de 2010? Em quantas empresas?

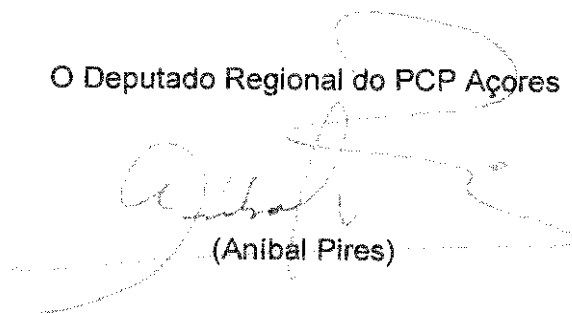
- Quantas acções inspectivas foram realizadas pela Inspecção Regional do Trabalho a empresas com processos de suspensão de contrato de trabalho ou redução de actividade durante o ano de 2010?

- Quais são as razões que explicam que tantos destes trabalhadores não tenham tido acesso às acções de formação profissional a que têm direito, ao abrigo da lei laboral?

- Pretende o Governo tomar medidas para alterar os programas de Valorização Profissional e Qualificação Empresarial, por forma a torná-los mais eficazes e mais abrangentes?

31 de Janeiro de 2011

O Deputado Regional do PCP Açores



(Aníbal Pires)

